

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



16 FEV 1990

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O que se espera do Congresso Nacional

Os deputados e senadores que ontem voltaram ao trabalho, para o último ano legislativo de seus atuais mandatos, estão com suas responsabilidades normais assombrosamente ampliadas diante da grave crise econômica que o Brasil atravessa e da disposição do presidente eleito Fernando Collor de Mello de combater, como numa guerra, os entraves à superação dessas nossas dificuldades.

Como em todas as democracias, e como determina a Constituição brasileira em um elevadíssimo grau, o Legislativo divide com o Poder Executivo a responsabilidade pela montagem dos projetos que servirão para a aplicação das políticas de governo. Portanto, por mais disposição que tenha para levar adiante o seu programa, como ele já demonstrou que tem, o presidente Collor de Mello não poderá agir — ou, pelo menos, ficará profundamente manietado — se o Congresso lhe negar os instrumentos legais de que necessita para conduzir a administração pública de seu **Brasil novo**.

A reforma administrativa com a demissão de funcionários ociosos, as medidas fiscais, a eliminação dos cartórios e privilégios, a privatização de estatais, e até um acordo civilizado com os credores externos, pedras de toque do programa do futuro presidente, dependem da anuência da Câmara e do Senado para serem implementados.

E a crônica da atuação dos atuais congressistas em seus três anos passados de mandato não é das mais animadoras. Sua principal herança — a Carta Magna de 1988 —, embora tenha trazido inegáveis avanços em algumas áreas, é um documento retrógrado, cheio de obstáculos ao processo de modernização que Collor se dispõe a desencadear. O recrudescimento de nossas dificuldades econômicas, inclusive o crescimento continuado da temperatura inflacioná-

ria, pode ser em grande parte creditado à “Constituição dos Miseráveis” do dr. Ulysses.

Além disso, mesmo descontando-se a pouca disposição do presidente José Sarney para esse tipo de ação, o atual Congresso foi sempre um obstáculo intransponível a qualquer medida de redução da máquina estatal e de contenção dos gastos públicos. Tímidos projetos de privatização de estatais e extinção de repartições oficiais inúteis esbarraram sempre na pouca disposição de deputados e senadores de abrir mão de órgãos que, entre outras coisas, funcionam como bons cartórios eleitorais. Outra característica negativa desse Congresso que entra agora em seu último ano de mandato foi sua capacidade de legislar em causa própria, veja-se o aumento constante dos próprios salários e sua pouca aptidão para o trabalho. Elaborar a Constituição, por exemplo, foi um parto demoradíssimo e até hoje, mais de um ano depois da promulgação da nova Carta, grande parte de seus dispositivos ainda não está em vigor. Simplesmente porque, das mais de 200 leis que complementariam o texto constitucional, menos de 15 foram votadas até agora.

O presidente eleito já deixou bem claro que o tamanho da crise brasileira e a velocidade com que ela se vai deteriorando exigem ações rápidas e cirurgias profundas, que certamente ferirão muitos interesses, principalmente daqueles que se locupletam da coisa pública. E Collor, como reafirmou em sua entrevista de quarta-feira, irá atacar esses empecilhos como numa guerra, doa a quem doer. Espera-se que o legislativo, até como uma penitência para seus erros passados, se mostre à altura desse grave momento, concedendo ao futuro presidente todos os instrumentos de que ele precisa para tirar o Brasil do fundo do poço.